



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

BLOG – “OBSERVATÓRIO DA LEI 10.639/2003

Eli Cristina Antonelli
Universidade Positivo
jornalistaeliantonelli@gmail.com

A partir da implantação da Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira, o Brasil se coloca em um novo cenário. É um momento capaz de trazer o resgate de uma história não destacada, buscar os verdadeiros valores dos negros a partir da importância da sua cultura. Dessa forma, será possível alcançar uma redução gradativa do preconceito por meio do fortalecimento da cultura afro-brasileira. A lei é um reflexo das ações necessárias para alterar distorções e desigualdades que passa a população negra em nosso país. É o resultado da luta do movimento negro ao longo dos anos. Já em 1950 já havia a solicitação da inclusão da história do negro de forma diferenciada no curriculum escolar.

A Lei 10.639/2003 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelecia as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino, obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira":

O projeto “Observatório da lei 10.639/2003” tem como foco criar um canal de comunicação online com os educadores que há oito anos tem uma demanda para se trabalhar em sala de aula a questão da diversidade étnica. A proposta é criar um canal de interação entre os professores para que esses possam estar informados dos eventos e bibliografias que contribui para o trabalho em sala de aula. Além disso, o Observatório da lei 10.639/2003, criado inicialmente em formato de blog, buscará estimular uma divulgação das práticas do ensino da história da África e da cultura afro-brasileira.

Para complementar a proposta o Observatório tem como foco ainda, produzir textos e disponibilizar conteúdos como vídeos, enquetes que promovam a reflexão sobre os problemas em que a população negra enfrenta na sociedade brasileira.

Um último foco, que o Observatório deverá suprir, é a integração entre Instituições que desenvolvam ações voltadas a temática racial. No primeiro momento a articulação ocorreu junto ao NEAB-UFPR e Secretaria Estadual de Educação, setor de diversidade, por meio de desenvolvimento de cobertura de eventos. Os textos e vídeos estão sendo postados no blog. O contato conjunto dessas Instituições permitirá um



2

maior aprofundamento dos temas, visto que as duas Instituições desenvolvem cursos de formação para professores dentro da temática da lei 10.639/2003.

Discutir o tema do negro é buscar responder à indagação de qual é a imagem do negro no Brasil. Mostrar as raízes, seus mitos, sua força, ressaltar suas qualidades com objetivo de valorização da cultura. É o desafio de propor a mudança da identificação, passando a incorporar os traços culturais por meio de conhecimento mais aprofundado.

Considerando o número expressivo de educadores que este projeto pretende atingir, observou-se a necessidade de utilização de ferramentas tecnológicas para maior facilidade das pesquisas com o grupo.

Mais que ouvir os educadores, na elaboração deste projeto se faz necessário construir uma interação com grupos de movimentos negros. Desta forma, espera-se identificar as opiniões e necessidades dos grupos envolvidos: o movimento negro e os educadores. Para atingir tal objetivo optou-se primeiramente por identificar a possibilidade de trabalhar uma esfera pública que pudesse integrar as discussões. O conceito de esfera pública foi definido por Habermas como uma ideia que envolve as instituições sociais e a imprensa, numa relação dialética de legitimação criando visibilidade (BORGES, 2006).

A partir deste pressuposto identificou-se a possibilidade da construção das discussões por meio do blog, cuja finalidade ser um observatório da lei 10.639/2003. Borges (2006) define que os blogs integram a sociedade de informação caracterizada pela globalização, conhecimento, informação, convergência e imediata. A articulista exemplifica a ação dos blogs enquanto ferramenta de construção de uma esfera pública analisando o blog do jornalista Ricardo Noblat.

(...), vê-se que o Cenário de Representação Política ganha um novo espaço: a rede. Os meios de comunicação são responsáveis por serem o palco desse e muitos outros cenários de representação. As discussões são mediadas por eles e tudo nele se legitima. Isso pôde ser comprovado em maio/2005, durante a clipagem no blog mencionado. Foi possível identificar a influência das discussões on-line no âmbito político da esfera Pública pelo ato do Senador Eduardo Suplicy em acatar a CPI dos Correios influenciado pela opinião pública, representada pelos comentários dos leitores do blog de Ricardo Noblat. Essa citação veio do próprio Noblat, durante a exibição do programa do Jô, na Rede Globo e, posteriormente, por diversas confirmações da própria assessoria do senador em releases enviados a alguns veículos. O próprio site se torna um Cenário de Representação



Política, portanto, passa a ter um papel fundamental na construção do imaginário social e na cultura política da sociedade. (BORGES, 2006)

O blog se apresenta como uma melhor ferramenta para criação das discussões, pois possibilita a inserção de textos de entrevistas, artigos e depoimentos.

JUSTIFICATIVA

Os livros didáticos existentes hoje não são suficientes para suprir esta lacuna que permeia o ensino. O professor e doutor em história da educação da Universidade de São Paulo, José Ricardo Ária Fernandes, discute a falta desse material.

Os livros didáticos, sobretudo os de história, ainda estão permeados por uma concepção positivista da historiografia brasileira, que primou pelo relato dos grandes fatos e feitos dos chamados “heróis nacionais” geralmente brancos, escamoteando, assim, a participação de outros segmentos sociais no processo histórico do país. Na maior deles, despreza-se a participação das minorias étnicas, especialmente índios e negros. Quando aparecem nos didáticos, seja através de textos ou de ilustrações, índios e negros são tratados de forma pejorativa, preconceituosa ou estereotipada (FERNANDES, 2005).

O Brasil é profundamente marcado pela trajetória do negro dentro de sua construção de nação. O historiador e sociólogo Muryatan Santana Barbosa [200-, p.74] afirma que o Brasil tem fortes traços da experiência africana em sua língua, costumes, modos, comidas, pensamentos, religiões, enfim em sua cultura e formação populacional. Porém, mesmo diante da importância do negro na história o estudo sobre sua contribuição é bem recente. A primeira obra de destaque é o livro clássico do médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) *Os africanos no Brasil*, de 1932. Barbosa destaca a importância da contribuição que a obra trouxe no estudo da história do negro: “Trata-se de obra basilar sobre a formação cultural do povo brasileiro, buscando a genealogia étnica dos diferentes grupos populacionais africanos e seus descendentes” (id).

Os africanos no Brasil é uma obra que tem uma contribuição histórica relevante para o estudo do negro no Brasil, traz um apanhado de informações e dados do universo cultural das comunidades negras no país. Porém, não se pode deixar de analisar o seu



4

cunho racista, nacionalista e cientificista que concerne a prática discursiva do autor (APÓSTOLO, 2008).

O articulista Petrônio Domingues em “Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento” dá um exemplo das raízes da construção distorcida do negro no imaginário da população brasileira. Ele cita a definição do negro em um dicionário enciclopédia da língua portuguesa um pouco antes da abolição da escravatura no Brasil. O negro era definido como: “*escravo, preto, que macula, denigre, calunia, horrível, hediondo, medonho, tenebroso, malvado, cruel*”(DOMINGUES, 2008).

Atos como esse colaboraram para criar uma imagem estereotipada, reforçada pelo ensino que colocou a raça negra sempre na periferia dos livros didáticos. Não foi levado em conta que o Brasil é um país multirracial com uma importante diversidade cultural. A história do país foi escrita com um olhar focado na cultura branca com o olhar no eurocentrismo.

O negro sempre foi retratado de forma pitoresca, tanto nos textos, quanto em imagens nos livros didáticos, nunca foi valorizado enquanto construtor da cultura nacional e da economia do país por meio do seu trabalho. O historiador e diretor do Centro de Estudos Brasileiros e do Atlântico Sul da Universidade de Paris-Sorbonne, Luiz Felipe de Alencastro, traçou um panorama da escravidão relatando que o Brasil, no período de 1550 a 1850, chegou a ter 4 milhões de escravos que se tornaram a força motriz da economia. O historiador aponta que o Brasil foi o maior país negreiro da América e a última nação a abolir a escravatura. Quando isso ocorreu, os escravos foram mandados embora das fazendas sem ter para onde ir (ALENCASTRO, 2009, p. 38).

A crença no processo de branqueamento ocorrido entre os séculos XIX e XX foi responsável pelo fortalecimento do preconceito que reflete como resultado a miserabilidade de uma parcela considerável dos negros no Brasil, observada ainda hoje. Theodoro (2008) discute a transição do trabalho escravo para o trabalho livre demonstrando a relação com a valorização do branco na discussão do progresso no Brasil.

A análise se sustenta a partir da vinda da família real em 1808, de Portugal para o Brasil. Na imensidão do território nacional, várias atividades integravam a produção,



5

como extrativismo, agricultura de subsistência e agricultura de exportação. A vinda da família real trouxe progresso e urbanização, principalmente ao Rio de Janeiro que na época tinha 116 mil habitantes, conforme recenseamento realizado em 1821. Nesse contexto, o trabalho de forma geral era realizado pelos escravos, contava-se ainda com alguns trabalhadores livres e por uma parcela de imigrantes. Há registro que no Rio de Janeiro entre 1808 e 1817 recebeu mais de 24 mil habitantes de origem portuguesa (THEODORO, 2008, p. 16).

Os negros exerciam diversas atividades neste período no Brasil, como artesões, carregadores e também os que realizavam as atividades domésticas. No ano que marcou o fim do tráfico, 1850, o Brasil chegou a ter 95 manufaturas fortalecidas com o trabalho do negro que, a partir da metade do século XIX, deixou gradativamente de atuar nessas funções sendo substituído pelos imigrantes.

A escolha do contingente de imigrantes para dar continuidade ao processo produtivo no Brasil se deu em parte como resposta à necessidade de fortalecimento do sistema capitalista. A escravidão não criava o mercado de consumo que o sistema exigia. Os imigrantes tiveram subsídios para virem para o Brasil, o que facilitou a entrada dos estrangeiros, principalmente italianos. Theodoro (2008) afirma que ganhava força a ideia de mão de obra européia. Para isso, reforçava-se que os trabalhadores negros livres e libertos eram inaptos ao novo sistema de trabalho assalariado que se implantava aos poucos no país. As fugas nas fazendas, onde os escravos sofriam maus tratos eram estabelecidas como fatores que reforçavam essa tese racista da inaptidão ao trabalho.

Nos anos seguintes o que se observou foi o crescimento gradual de aglomerados da população negra nas favelas principalmente nas regiões como Santos/SP e também no Recife/PE, onde se formava construção de palafitas. Os negros deixaram as atividades agrárias, substituídos pelos imigrantes e passaram a fazer pequenos trabalhos urbanos, em subempregos com salários irrisórios ou se concentraram em economias de subsistência (Id).

Nesses 123 anos pós-libertação dos escravos se fez necessário uma busca constante pela garantia de direitos do negro. A sociedade brasileira ainda carrega uma



6

dívida com a população negra que sofre preconceitos, violência física e moral e discriminação no mercado de trabalho.

A construção do racismo não tem a atitude individual como único pilar de sustentação; ela passa pela criação de teorias, cujas justificativas constam em livros e são reforçadas em salas de aulas, apresentando até mesmo pseudo teses científicas. Ao se pensar em redução e exclusão do racismo é preciso promover, antes de qualquer coisa, a quebra desses conceitos (SANTOS, 1980, p. 9).

De acordo com o autor, os europeus - que ressuscitaram a escravidão movidos pelos sentimentos do capitalismo de obtenção do lucro exagerado - precisavam criar uma defesa para seu ato vergonhoso que manchou a história da civilização ocidental. Para defender a selvageria alegavam que os negros eram seres inferiores e precisavam ser civilizados, pois eram incapazes e servis. Santos (1980, p. 24) apresenta o argumento de Ginés de Sepúlveda, intelectual colonialista espanhol do século XVI que comparou os índios a macacos e porcos.

Os espanhóis tem todo o direito de exercer seu domínio sobre estes bárbaros do novo Mundo e ilhas adjacentes, os quais em prudência, inteligência e toda espécie de virtudes e sentimentos humanos são tão inferiores aos espanhóis quanto as crianças com relação aos adultos, as mulheres com relação aos homens, pessoas cruéis e desumanas com relação a pessoas mansas, pessoas desequilibradas com relação a pessoas equilibradas; e, enfim, estou prestes a admitir que com relação aos espanhóis estão na posição de macacos em relação a homens. (...) São como porcos: estão sempre olhando para o chão, como se nunca tivessem visto o céu.(...) tudo isto não prova que eles são escravos de natureza? (...) Esses homenzinhos tão bárbaros, tão incultos, tão desumanos (LIPSCHUTZ, 1963, p. 72-73 apud SANTOS, 1980, p. 24-25).

No Brasil, um intelectual defensor das ideias racistas muito cultuado foi Oliveira Viana, cujos pensamentos remontam à criação da sociologia brasileira. Sua obra tinha como base os princípios da eugenia, ciência que tem por objetivo a melhoria das raças humanas, simplificados nos três princípios fundamentais:

1º Os acontecimentos da vida de um povo se explicam pela sua formação racial

2º O comportamento psicológico de um povo é determinado pela sua raça.

(assim como o temperamento de uma pessoa é determinado pela sua morfologia)



7

3º *A raça negra, que tem um comportamento psicológico instável, nunca criou nem vai criar civilização.* (VIANA, 1932 p. 232 apud SANTOS, 1980, p. 30-31).

Oliveira Viana não acreditava que os resquícios de civilização encontrados na África fossem frutos da criação integral dos negros. Segundo ele, os negros para exercerem um papel civilizador precisavam se misturar com outras raças, especialmente as raças arianas ou semitas (SANTOS, 1980, p. 30).

A população negra, em sua maioria, ainda hoje vive marginalizada e na exclusão. Durante séculos seus direitos têm sido negados e vivem uma humanidade incompleta. A partir disso, as desigualdades sociais que marcam a sociedade brasileira se tornaram naturalizadas. Silvia e Carneiro (2008) avaliam um estudo realizado por Barbosa (1998) que indicava que homens negros têm maior propensão a morrer por homicídios que homens brancos.

(...) o perfil de mortalidade do homem negro oferece possibilidades de compreensão das condições de vida da família negra, em sua maioria, pautada pela carência em moradia, instrução, emprego e renda, onde se encontram em maior proporção as chefias de mulheres. (BARBOSA, 1998, pag. 100, apud SILVA, CARNEIRO, 2008, p. 12)

Waiselfisz (2006, p. 58 apud SILVA; CARVALHO 2008, p. 11) reafirma os dados registrados na série documental *Mapa da Violência: os jovens do Brasil* em que os negros permanecem como principais vítimas de homicídios. Em 2004, a taxa registrada de vítimas deste grupo foi de 31,7 em 100 mil, paralelamente a população branca teve 18,3 homicídios em 100 mil. O resultado foi 73,1% de vítimas de homicídio a mais do que pessoas brancas.

Silva e Carneiro (2008, p. 13) avaliam os dados relativos ao comparativo de jovens negros mortos por homicídios, afirmam que essa realidade não é igualmente acompanhada de soluções para a redução das desigualdades raciais. O racismo dá base a estrutura das relações sociais. E a partir dessa realidade é possível identificar que os negros tornam-se os mais vulneráveis à violência. Os autores afirmam que a perda de vida de jovens negros em sua fase produtiva precisa, de forma urgente, de mais atenção das autoridades. A manutenção de um estado de indiferença reafirma a situação de marginalidade, pobreza e opressão, pois a maioria dessa população não tem acesso aos bens e serviços disponíveis na sociedade, estando irremediavelmente exposta à violência.



8

Transformar mentes e formar opiniões que possam desconstruir a imagem distorcida do negro no Brasil é foco deste projeto. O ponto de partida para auxiliar no processo de redução do racismo no Brasil por meio desta pesquisa se dá na escolha do público-alvo: professores de ensino fundamental e médio de escolas públicas e particulares. A ideia é subsidiar a demanda de material para trabalhar a história do afro-brasileiro a partir da implantação da lei 10.639/2003 que estabelece a educação voltada à valorização da identidade do negro. A lei tende a trabalhar o olhar de uma nova geração construída com o reconhecimento da importância do negro na sociedade, reduzindo assim uma dívida de décadas com esta parcela da população brasileira.

O PAPEL DO JORNALISTA

Rosenstiel e Kovanch (2003, p. 206) estabelecem elementos relevantes para a profissão do jornalista numa pesquisa que teve como base análises de 25 profissionais integrantes do grupo “Jornalistas Preocupados” nos EUA. Entre os elementos estudados está a definição do Jornalismo como um fórum público. A criação de fóruns se dá a partir da necessidade de informar o público de assuntos que estimulem o julgamento. A partir de denúncias de práticas incorretas o jornalismo faz as pessoas pensarem “amedida que o público começa a reagir a essas aberturas, a comunidade se nutre de vozes públicas”. (id).

Desta forma, o jornalismo pode ser usado como ferramenta eficiente para atrair a opinião pública para estar atenta às desigualdades sociais e raciais, trabalhando os discursos incorporados nos textos jornalísticos de forma a pautar a sociedade a um novo olhar. Os autores reafirmam que o jornalismo, além de difundir a discussão pública, deve se posicionar como um juiz honesto proporcionando a realização da crítica pública, e abrindo a possibilidade com sua orientação a uma conciliação. Eles ainda ressaltam que, nesta nova era da mídia, cabe aos jornalistas desmascararem as invenções e mentiras da argumentação comercializada do lobby e da propaganda política, por exemplo.

As páginas editoriais dos jornais, a opinião do colunista, o talk show e o ponto de vista do ensaio da revista, todos podem ser opinativos. É sua missão. Mas se os autores querem de fato se considerar jornalistas, então não devem distorcer os fatos_ devem respeitar os mesmos padrões de



veracidade ou compromisso com o interesse público como em qualquer outro aspecto da profissão. (KOVACH, ROSENSTIEL, 2003, p. 207)

Jawsnicker (2006) aponta que o jornalismo se originou com uma missão focada no bem comum e com objetivo destinado ao coletivo. Mas durante o século XIX iniciou uma transformação gradual em que o jornalismo deixou parte do seu papel passando a dividir com uma ótica mercadológica, cujo objetivo central seria sua manutenção econômica. O paradigma estabelecido passou a ser o compromisso com a sua própria sustentabilidade financeira. Passou a haver uma necessidade dos veículos de comunicação trabalhar sobre um equilíbrio com fim de gerenciar as atividades entre o interesse coletivo e as demandas da competição mercadológica.

O papel do jornalista mais focado com a sociedade, não medindo esforços para produzir denúncias e mudar comportamentos e sistemas, é conhecido como um jornalismo *romântico*. Pereira (2003) relaciona os conceitos ligados a esta ideia como “cães de guarda da sociedade”, “princípio da responsabilidade social”, “imprensa e quarto poder”, denominações essas que classificam o jornalismo como uma profissão ligada à defesa da sociedade, a qual confere ao profissional o ato de fiscalizar as instituições que a governa.

Pereira (id) afirma que no Brasil o jornalismo romântico teve maior dificuldade de se estabelecer, devido a forte ingerência estatal na organização profissional que atrapalhou o processo. A profissionalização do jornalismo teve início durante o Estado Novo e só foi concluída em 1969 com a aprovação da lei de imprensa. O autor afirma que alguns pesquisadores, como o professor Francisco Sant’Anna, questionaram a existência deste jornalismo no Brasil. Mas apresenta exemplos na história da imprensa como ocorrido nas campanhas jornalísticas vinculadas ao comprometimento social nas Diretas Já, sobretudo no caso do jornal Folha de S. Paulo.

(...)Este teria sido um momento em que o jornal ultrapassou sua instância mercadológica, tornando-se “uma entidade social e cultural, carregada de emoções, alimentando processos complexos de comunicação com informação, análises e opiniões que podem mudar os rumos de povos e nações”. (CHAPARRO, 1993, p. 92, apud PEREIRA, 2003)



10

Em entrevista ao jornalista Antonio Queiroga para o Mural da Universidade de São Paulo (USP, 2003) Nelson Traquina destaca a importância da função social do jornalista. Para ele, se o jornalista conseguisse preencher o papel que lhe é referido pela própria teoria democrática seria uma grande conquista. De acordo com Traquina, a teoria democrática definidora de certos papéis para o jornalista e para o jornalismo:

O jornalismo deve dar aos cidadãos as informações que são úteis, que são necessárias para que eles possam cumprir os seus papéis de pessoas interessadas na vida social, na governação do país etc. Um papel que é dado ao jornalismo é o de fornecer às pessoas as informações necessárias para que elas possam cumprir seus papéis como cidadãos. (Traquina em entrevista ao Mural da USP, 2003)

Traquina afirma ainda, que a teoria democrática apresenta como outro papel do jornalismo ser *watchdog* (cão de guarda) da sociedade, ou seja, proteger os cidadãos contra os abusos do poder. O pesquisador pensa que esse é um papel importante também para os meios de comunicação social em geral, não especificamente só o jornalismo. Para Traquina, eles devem ser um espaço, segundo a teoria democrática, para a exposição de diferentes posições sobre diferentes matérias, ser um mercado de ideias. Cita como exemplo o fato dos jornais poderem ter páginas de opinião onde diversos membros da sociedade possam expor seus pontos de vista, mesmo que esses pontos de vista sejam minoritários. E conclui que o jornalismo tem um papel fundamental na manutenção das democracias.

O trabalho de jornalismo segmentado para um público específico, torna a tarefa de um jornalismo focado em ação social transformadora mais fácil. O blog observatório da lei 10.639 se torna, a partir de sua construção um elemento catalisador de situações-chaves para a condução de atitudes de busca da redução de desigualdade. Sua atuação será exercida de forma indireta, trazendo a educadores situações e informações que possam contribuir para um atendimento a uma legislação que não é meramente uma ação burocrática, mas um dispositivo capaz de trazer melhorias para os cidadãos que se encontram em situação de risco dentro de uma sociedade discriminadora, que atua no silêncio de uma declaração de democracia racial que na prática não se verifica.



11

PROBLEMA

De que maneira um veículo de comunicação digital pode contribuir na complementação das informações do conteúdo da lei 10.639/2003 em sala de aula de forma que possa quebrar paradigmas e criar reflexão crítica no papel do negro na sociedade brasileira?

OBJETIVO GERAL

Criar um veículo de comunicação online que promova a integração entre os professores e a divulgação de informações e a reflexão crítica sobre a importância da cultura e a valorização da identidade negra no espaço escolar.

METÓDO

O Observatório da lei 10.639/2003 foi planejado em conjunto com a Revista Brasis Afro, projeto de conclusão de curso de Comunicação Social Jornalismo. Outra proposta do veículo online é trabalhar em conjunto com os educadores o levantamento das pautas de interesse para a revista. Durante o processo de desenvolvimento da Revista, percebeu-se que um veículo de comunicação que pudesse ter maior agilidade e interação com o público de interesse iria contribuir tanto no aprofundamento das discussões das matérias da Revista, como também, promover a participação direta desse público.

Os textos foram lançados ao longo do ano de 2010. A revista foi concluída em novembro de 2010 e a partir desse resultado o blog passa a ser trabalhado fazendo o resgate dessas discussões e promovendo o diálogo com os professores.

A alimentação do blog será semanal, a proposta inicial é que tenha no mínimo três atualizações. Podendo ser divulgação de eventos, dicas de livros, exemplos de práticas. Uma das propostas do blog é a cobertura de eventos focados no tema. A ideia é trazer os conteúdos das discussões dos eventos diretamente aos professores que não puderem participar. Os dois primeiros eventos que terão cobertura serão: Seminário de Religiões de Matriz Africana de ITU que ocorrerá nos dias 24 e 25 de junho e VIII Encontro do Fórum de Diversidade e Relações Étnico-raciais do Paraná que ocorrerá nos dias 27 a 29 de julho em Pinhais/PR.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

12

O Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-racial do Paraná nasceu do Seminário ocorrido entre os dias 27 e 29 de agosto de 2005, promovido pelo MEC/SECAD, o governo do estado do Paraná, o Movimento Negro e as Entidades da Sociedade Civil, que contou com mais de 500 participantes. O objetivo deste encontro foi discutir políticas públicas de promoção da igualdade racial e de gênero com os professores e gestores do ensino. Desde então o Fórum vem realizando ações diversas em prol da instituição da lei 10.639 e encontros anuais sempre em uma cidade em que ocorre situações de racismo mais efetiva ou que haja a solicitação formal das Secretarias Municipais de Educação relativo a necessidade de capacitação de seus professores.

Nesse sentido o blog observatório da lei 10.639 se fará presente no Encontro que ocorrerá na cidade de Pinhais buscando alimentar a rede de comunicação com os professores, levando aos que não puderem comparecer ao evento as informações das discussões estabelecidas.

A meta para o Observatório da lei 10.639/2003 é que ele não seja elaborado apenas no formato de um blog, mas que migre para um site com maior possibilidade de incorporação de ferramentas. Porém, essa migração dependerá de parcerias, devido custo para o desenvolvimento do projeto.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

13

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

APOSTOLO, Netto, José. **Os Africanos no Brasil: Raça, Cientificismo e Ficção em Nina Rodrigues**. Revista Espaço Acadêmico, Disponível em, 2008

<http://www.espacoacademico.com.br/044/44netto.htm>, acesso em 29/03/2010

BARBOSA, Santana Muryatan. Os estudos no país sobre os africanos. **Revista Biblioteca Entre Livros**, Rio de Janeiro, Editora Ediouro, n. 6, p-74-76, [200-].

BORGES, Priscila. **Eles são ainda são a minoria** 2010. Disponível em

<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/eles+ainda+sao+minorias/n1237631624228.html> Acesso em 11 MAI 2010

JAWSNICKER, Claudia. **Reflexões sobre responsabilidade social no curriculum de jornalismo**. Acessado em 30 ABR 2010 Disponível em <http://ww.bocc.uff.br/pag/jawsnicker-claudia-reflexao-responsabilidade-social.pdf>

PEREIRA, Fabio. **O jornalista online um novo status profissional** 2003 <http://www.scribd.com/doc/9610358/pereirafabiojornalistaonlinenovostatus> Acesso em 12 maio 2010

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1991